



PORTOSRIO

## ATA DE REUNIÃO

### ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DE NITERÓI

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco às dez horas, foi realizada em formato híbrido (por videoconferência pela plataforma Microsoft Teams e presencial no Porto de Niterói - Avenida Feliciano Sodré, 215, Niterói - RJ, nas instalações da Nitshore), a Vigésima Quinta Reunião Ordinária do Conselho de Autoridade Portuária de Niterói, sob a presidência de Julio Cesar de Sousa Dias, **representante do Ministério de Portos e Aeroportos**, contando com a participação dos seguintes representantes: **Poder Público:** Domenico Accetta - Suplente, Ciro Augusto Castilho Silva (titular) - **Receita Federal**, Pedro Leonardo Marcon (suplente) - **Autoridade Marítima**, Gabriela Campagna (suplente) - **Estado**, Fabiano Gonçalves (titular) e Valdinei Pinheiro Villar (suplente) - **Município, da Classe Empresarial:** Pedro Moreira da Fonseca Klien (suplente) - ABTRA, Laury Pereira Barcellos (titular) - AEB. **Convidados:** Jesuino Alves, Evelayne Periria Portugal Gouveia, Tatiana de Quadros - Porto de Niterói, Paulo Falcone - Nitport/Nitshoore, Maurício Tavares - Marinha do Brasil, Jonas Soares - ANTAQ, Igor Baldez - ACIERJ e Heitor Ciuffo - Estaleiro Mauá. Ausência justificada: Itacolomi Abreu dos Santos (titular I) - FNP.

#### Item 1 - EXPEDIENTE:

**Subitem 1.1 - Aprovação da ata da 24ª Reunião, de 24/06/2025.** O Conselho aprovou, por unanimidade, a referida ata, autorizando sua publicação no site da PortosRio.

**Subitem 1.2 - Posse de conselheiros.** Não houve posse.

O Presidente registrou a publicação da Portaria nº 404/2025, de 02/07/2025, no DOU de 10/07/2025, que designa os representantes dos Trabalhadores Portuários indicados pela FNP.

#### Item 2 - ORDEM DO DIA:

##### Subitem 2.1 - Dragagem do Canal de São Lourenço - Balanço realizado.

O representante da Prefeitura de Niterói (suplente), Sr. Valdinei Pinheiro Villar, deu início à apresentação informando que o projeto alcançou cerca de 85% de execução. Comunicou o anúncio do Prefeito Rodrigo Neves sobre o início das tratativas da Fase 2 do Projeto de Dragagem do Canal de São Lourenço, que inclui: construção de alça de acesso à Ilha da Conceição; abertura de novo canal para circulação hídrica e melhoria ambiental; e retificação do trecho final do canal para eliminar manobras complexas e restrições de maré, aprimorando a navegação com apoio dos práticos e autoridades portuárias.

O Sr. Villar informou que o projeto integra o Programa de Melhoria da Acessibilidade Aquaviária e que a fase 1 segue o arranjo projetado, com ajustes geométricos pontuais. Destacou a necessidade de remover sedimentos acumulados próximos ao pedágio, oriundos do canal da Alameda, cuja baixa cota (-1,5 m) compromete a circulação das marés e o escoamento natural.

O Conselheiro Domenico Acetta informou que, em vistoria técnica com o Prefeito e representantes da

PortosRio, verificou-se a necessidade de manter um afastamento mínimo de 15 metros do cais, por razões estruturais, e que a dragagem poderá alcançar até 6 metros de profundidade, conforme as condições de resistência. Destacou que o principal mérito da Fase 2 é a restauração da circulação hídrica natural interrompida desde a construção da Ponte Rio-Niterói, cuja estagnação afetou a Ilha da Conceição e os pequenos estaleiros. Assinalou que a retomada do fluxo hídrico é essencial para a revitalização ambiental e produtiva da área. Informou, ainda, que o projeto prevê a construção de nova ponte de acesso à Ilha da Conceição e um transpasse viário da BR-101 para a zona insular, visando aprimorar o tráfego logístico e integrar a infraestrutura rodoviária e portuária.

O Conselheiro Pedro Marcon, representando a Capitania dos Portos, cumprimentou os presentes e destacou a relevância das obras em curso, especialmente a ponte que conectará a Ilha da Conceição, enfatizando a necessidade de alinhamento prévio com o Conselho para evitar interferências nas operações portuárias.

O Sr. Domenico ressaltou que a fase atual do projeto se encontra no planejamento, com licença ambiental já obtida, e que as etapas mais complexas serão detalhadas posteriormente à comunidade e aos órgãos competentes. Observou ainda que, conforme análise da Capitania e da Marinha, as intervenções permitirão a retomada da circulação hídrica da Ilha da Conceição, restabelecendo sua condição original de ilha, garantindo a conformidade com as normas de navegação e segurança marítima.

O Secretário de Desenvolvimento Econômico e Revitalização do Centro e representante do Município, Fabiano Gonçalves, agradeceu a presença do subsecretário Villar e registrou sua atuação, juntamente com a Subsecretária Priscila, nas pautas marítimas do município. Informou que o projeto de dragagem do Canal da Ilha da Conceição já apresenta avanços e que seguem as tratativas para a segunda fase, ressaltando a necessidade contínua da dragagem para as atividades de comissionamento, descomissionamento e reparo naval. Destacou que o Prefeito Rodrigo Neves assumiu o compromisso de iniciar a segunda fase, que exigirá a formalização de convênio com o DNIT, em razão de incluir intervenções marítimas e terrestres, como a passagem sobre a BR-101 no novo acesso ao porto do Canal da Ilha da Conceição.

Informou que, no evento Mac Laren One Stop Shop Day, realizado em 18/08/2025, que antecedeu a feira [Navalshore 2025](#), a Prefeitura apresentou o projeto ao Secretário Nacional de Hidrovias e Navegação, Dr. Dino, gestor do Fundo da Marinha Mercante, que manifestou apoio e indicou a disponibilidade de recursos para dragagem e infraestrutura portuária. Destacou a importância da inclusão do Município no Regime Diferenciado de Contratações (RDC) e comunicou que estão sendo alinhadas agendas com o DNIT e o Ministério de Portos e Aeroportos para reunião em Brasília, em setembro, onde será apresentado protótipo conceitual da Fase 2, com estimativas preliminares de custos e escopo técnico.

Destacou que os avanços da Fase 1 e a mobilização do consórcio permitirão maior celeridade à Fase 2. Informou que o principal desafio desta etapa será a restauração da Ilha da Conceição, incluindo a desapropriação de áreas necessárias, conforme prioridade estabelecida pelo Prefeito, visando à melhoria da circulação de águas e marés.

Em relação ao terminal pesqueiro, o Secretário informou que foi recebido um estudo técnico com levantamento detalhado e quatro possibilidades de ação, permitindo o planejamento e execução das medidas necessárias. As equipes da Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico, Subsecretaria Naval e Subsecretaria de Pesca já acompanham os trabalhos no local.

O Secretário também convidou os membros do CAP para que a próxima reunião seja realizada no terminal pesqueiro, a fim de conhecerem o local e as ações em andamento.

Ressaltou que a Fase 1 da dragagem apresenta cerca de 90% de execução, e que a Fase 2 permanece como prioridade, condicionada à formalização do convênio com o DNIT e à contratação do estudo com o INPH, viabilizando a licitação da fase seguinte.

## **Subitem 2.2 - Retirada cascos soçobrados pelo Governo do Estado RJ: atualização das informações.**

O Secretário de Desenvolvimento Econômico e Revitalização do Centro, Sr. Fabiano Gonçalves, informou que está em execução o processo de licitação dos cascos submersos da área A3, correspondente à dragagem atual, localizada nas costas da Ilha da Conceição, região de Camorim, até o final da área da UTC, já em fase de coleta de propostas. Esclareceu que, em setembro, será formatado o Termo de Referência, com previsão de publicação do edital em outubro, objetivando a contratação ainda em outubro e início das atividades em novembro.

O Secretário ressaltou que, caso haja avanços no Termo de Cooperação entre o DNIT e a Prefeitura de Niterói, será possível, ao final da Fase 1 da dragagem, realizar o RDC para contratação da Fase 2, incluindo os cascos existentes na área do Canal da Ilha da Conceição, já levantados pela Capitania dos Portos e classificados como resíduos de material naval, podendo ser incorporados à mesma licitação. Destacou que a continuidade da Fase 2 da dragagem constitui prioridade da Secretaria para 2026.

O Sr. Falcone - Nitport/Nitshoore, registrou que a antiga plataforma Chaparral iniciou seu processo de desmontagem, porém parte de sua estrutura permaneceu submersa, dificultando as operações no local. Indagou se a estrutura já foi formalmente registrada e classificada pela Capitania dos Portos como resíduo ou casco soçobrados, considerando que restos da plataforma permanecem no fundo do mar, para que possam ser adequadamente monitorados e tratados pelas autoridades competentes.

O Sr. Pedro Marcon, representante da Capitania dos Portos, esclareceu que será necessário acionar o setor técnico para levantar informações precisas sobre a estrutura submersa e seu impacto nas operações, bem como definir as medidas de segurança a serem adotadas. Informou que será possível disponibilizar um contato técnico para acompanhamento do caso e eventual visita ao local.

O Sr. Falcone, reforçou a importância de registrar o obstáculo com latitude e longitude, para inclusão no planejamento de retirada e no monitoramento das operações portuárias, garantindo que embarcações evitem riscos não mapeados em cartas náuticas.

Como encaminhamento da reunião com o CAP, o Secretário Fabiano Gonçalves sugeriu que seja realizado o levantamento da embarcação submersa, incluindo latitude e longitude, para inclusão na licitação relacionada à dragagem, a fim de garantir sua adequada remoção. Ressaltou-se que será necessário o acompanhamento da Capitania dos Portos para assegurar a segurança e a eficiência das operações.

### **Subitem 2.3 - Horário de Manobra de Navios**

O Conselheiro Domenico manifestou-se sobre a questão do horário de manobra dos navios, esclarecendo que o tema está relacionado à praticagem e às restrições operacionais impostas pela empresa responsável pelas manobras. Acrescentou que eventuais ajustes de horários e procedimentos dependem da conclusão das obras de dragagem, bem como da atualização da sinalização náutica. Concluiu afirmando que essas medidas deverão ser reavaliadas após a conclusão da dragagem e a implementação das novas condições de navegabilidade.

### **Subitem 2.4 - Derrocamento da Laje do Pampo: atualização**

O Sr. Jesuino Alves abriu a discussão destacando que a retirada da Laje do Pampo traria benefícios para o Porto de Niterói, facilitando a navegação e permitindo ganho operacional. Ressaltou que a coordenação entre prefeitura, porto e empresários é fundamental para viabilizar a derrocagem, garantindo segurança e eficiência nas operações. Ressaltou também que a derrocagem favorece a Marinha, facilitando a entrada de navios em áreas restritas.

A representante da PortosRio, Evelayne Pereira Portugal Gouveia, informou que o projeto se encontra em fase de estudo, com análises de viabilidade e anexos de levantamento de infraestrutura já elaborados pelo INPH, aguardando a implementação formal no projeto. Ressaltou que o estudo considera aspectos ambientais e que, caso necessário, novos anexos poderão ser incluídos.

O representante do Estaleiro Mauá apresentou informações históricas sobre dragagens realizadas na região, destacando que aproximadamente 50% do volume necessário já havia sido dragado há dez anos, em parceria com o Estaleiro Brasa, contribuindo para reduzir custos e viabilizar as operações atuais. Ressaltou a importância de compreender o histórico das intervenções para o planejamento das futuras dragagens.

O Conselheiro Domenico enfatizou a necessidade de agilidade na execução do projeto, destacando que o apoio dos empresários é fundamental para evitar atrasos e que parte da derrocagem já foi realizada por iniciativa própria. Observou também que a licença ambiental será obtida em etapas, com comprovações técnicas adequadas, e reforçou a importância de manter todos os participantes informados sobre o andamento do projeto.

O Sr. Jesuíno acrescentou que a derrocagem da Laje do Pampo deve ser planejada considerando não apenas a remoção da pedra, mas também ajustes no canal de acesso, de forma a garantir segurança e fluidez à

navegação. Ressaltou a necessidade de coordenação entre porto, prefeitura e empresários, garantindo que as operações das plataformas e demais embarcações ocorram de forma coordenada, sem comprometer o tráfego ou o fundo do canal. Destacou ainda que, ao alinhar o canal com a linha de segurança da ponte e evitar interferências em áreas de fundeio, será possível otimizar a operação de navios e plataformas, garantindo maior eficiência e segurança para o Porto de Niterói.

### **Subitem 2.5 - Brasa: administração da Portos Rio ficou de identificar o responsável pelo Brasa**

O Secretário abriu o debate informando que os últimos encaminhamentos se referiam à embarcação Pelicano e ao Estaleiro Brasa. Sobre a Pelicano, foi informado que a embarcação foi vendida para uma empresa que atua no Espírito Santo e será transferida do local atual e reformada para operar em Angra dos Reis, liberando o berço ocupado para novas operações portuárias.

Em relação ao Estaleiro Brasa, foi destacado que a área foi arrendada por uma empresa coreana, sob a gestão do CEO Marcos Silva, que iniciou a reestruturação do estaleiro com foco em construção e manutenção de embarcações. A Prefeitura vem prestando apoio institucional e técnico, enquanto os investidores se comprometeram a realizar estudos sobre a Ponte do Caju, principal acesso à área do estaleiro. O Prefeito indicou que, caso necessário, intervenções ou substituição da ponte poderão ser realizadas, garantindo a continuidade da operação e a fluidez da navegação.

O debate enfatizou a necessidade de infraestrutura adequada para o funcionamento do estaleiro, incluindo a coordenação com órgãos municipais e com o DNIT, a manutenção e melhoria das pontes de acesso, e a organização do canal de navegação, de modo a permitir que o estaleiro funcione de forma segura e eficiente.

O Sr. Jesuíno Alves e demais participantes destacaram a importância de que todos os ajustes e intervenções na área sejam acompanhados pela PortosRio e pelos órgãos municipais, garantindo que os investimentos no Estaleiro Brasa tragam benefícios ao Porto de Niterói e à região.

### **Item 3 – ASSUNTOS GERAIS. Finalizada a Ordem do Dia, o Presidente concedeu a palavra aos conselheiros e convidados para a abordagem de outros assuntos.**

A representante da PortosRio destacou a necessidade de agendar uma reunião relacionada ao Estaleiro Brasa, envolvendo os responsáveis e atores interessados. O objetivo da reunião é apresentar estudos já realizados e discutir ações futuras, garantindo que todas as partes possam contribuir para o andamento do projeto. Foi mencionado que o contato com os responsáveis já está estabelecido, permitindo definir a data da reunião e assegurar a participação da PortosRio com a participação do superintendente de Gestão Portuária do Rio de Janeiro e Niterói, Leandro Lima.

A respeito do projeto para a contratação das licenças ambientais da Laje do Pampo, o Secretário propôs conversar com o Presidente da ASCENON, para assumir o projeto. Com a obtenção dessas licenças, os custos do projeto poderão ser incluídos na fase 2 da dragagem. Propõe-se, ainda, a realização de uma reunião para tratar do andamento do projeto e assegurar o cumprimento de todas as normas aplicáveis, inclusive com a possibilidade de buscar recursos junto ao Fundo da Marinha Mercante (FMM) para viabilizar ações de dragagem.

O Secretário destacou que é necessário que o Município de Niterói passe a integrar o escopo das cidades brasileiras que executam obras de dragagem, de modo que a Prefeitura possa realizar licitações pela modalidade de Regime Diferenciado de Contratações (RDC). Ressaltou que essa inclusão é fundamental para viabilizar futuras intervenções de dragagem no canal de acesso e nas áreas portuárias do município, com maior agilidade e segurança jurídica nos processos de contratação.

O Presidente do CAP complementou a fala do Secretário e orientou quanto à necessidade de que a Prefeitura de Niterói solicite a inclusão dos projetos de dragagem no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de modo que as propostas possam ser submetidas à Casa Civil para análise e eventual priorização no âmbito federal.

O Conselheiro Domenico informou que foi firmado um Termo de Cooperação Técnica entre o Ministério dos Portos e Aeroportos, a Secretaria Nacional de Portos e a Prefeitura de Niterói, garantindo recursos de R\$ 60 milhões ao município. Esclareceu que o termo foi assinado na gestão anterior, pelo então Prefeito

Axel Graef, e que parte dos recursos contempla ações municipais e intervenções portuárias. Destacou a necessidade de a Prefeitura obter cópia atualizada do instrumento para verificar as possibilidades de execução das obras previstas, especialmente as de dragagem, ressaltando que o momento atual é de execução dos projetos.

O Sr. Heitor, representante do Estaleiro Mauá, parabeniza a Prefeitura pela iniciativa do projeto de lei do Refis. É uma legislação voltada para todo o setor naval, contemplando tanto atividades diretas quanto indiretas de apoio. O projeto concede isenção de multas e juros e cria incentivos municipais para que as empresas possam participar de maneira plena.

O Secretário informou que o projeto do Refis voltado ao setor naval encontra-se em fase de finalização e será submetido às instâncias legais competentes para aprovação. Explicou que a iniciativa prevê a regularização das empresas do setor, incluindo a emissão das certidões necessárias, de modo a viabilizar a efetiva implementação dos benefícios. Acrescentou que a Prefeitura vem acompanhando todo o processo e prestará suporte às empresas para o cumprimento das exigências legais.

Em seguida, detalhou os projetos da Prefeitura voltados ao fortalecimento do setor naval, destacando ações voltadas à formação de mão de obra, em parceria com sindicatos e universidades; à expansão da oferta hoteleira na cidade, com alterações na legislação de uso de imóveis para locação de curto prazo; e à viabilização do centro de convenções junto à Marina. Ressaltou que essas iniciativas têm como propósito integrar a academia, o setor público e a iniciativa privada, de modo a impulsionar o desenvolvimento do setor naval e aprimorar a infraestrutura urbana voltada às atividades portuárias e turísticas.

Destacou que, em outubro ou novembro, será realizado um simpósio em parceria com o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) e a Universidade Federal Fluminense (UFF). Propôs que o CAP tenha um espaço no simpósio para apresentar suas ações, destacando a importância da integração entre os diversos atores do setor naval, incluindo empresas, entidades públicas e acadêmicas. Ressaltou que o simpósio abordará temas estratégicos do setor e reafirmou que a nova plataforma de desenvolvimento do setor será o vetor de crescimento da cidade de Niterói.

O Sr. Heitor (Estaleiro Mauá) comentou sobre o Projeto de Lei nº 733, que trata da terceira fase da modernização portuária. Informou que participou recentemente de uma apresentação na Universidade Federal Fluminense (UFF), destinada a alunos de pós-graduação em engenharia, na qual abordou o referido projeto. Destacou que a proposta contempla, entre outros aspectos, a integração entre portos e cidades, com vistas à regulamentação do conceito de “porto-cidade”; a destinação de 1% do faturamento anual das autoridades portuárias às prefeituras, sem caracterizar municipalização, visando subsidiar estudos e o acompanhamento das atividades portuárias; e a importância de compreender e acompanhar a dinâmica existente entre portos antigos e grandes centros urbanos. Ressaltou, por fim, que ainda buscará informações sobre a relatoria e o andamento do projeto de lei, com o objetivo de posteriormente agendar uma reunião para discussão do tema.

Gabriela Campagna – Representante do Estado, expos sobre os resultados de estudos realizados pelo Estado sobre a infraestrutura urbana e portuária, destacando a necessidade de integração no modelo **porto-cidade**. Informou que foram identificados desafios relacionados à mobilidade urbana, que impactam as operações portuárias. Relatou que, em reunião realizada no Ministério de Portos e Aeroportos, foi entregue um relatório com propostas para políticas futuras da cidade e para ajustes na legislação portuária, buscando maior clareza nas competências e benefícios das entidades federal, estadual e municipal. Ressaltou que o Estado está atuando para institucionalizar e melhorar a relação **porto-cidade**, promovendo articulação e integração entre os diferentes atores envolvidos.

**Encerramento dos Trabalhos.** Não havendo outros assuntos, o Presidente agradeceu a presença dos participantes, destacou a importante participação da Prefeitura e a relevância dos temas tratados, enfatizando o diálogo e a integração entre os atores do setor portuário e naval. Em seguida, declarou encerrada a reunião às 11h29 e solicitou a lavratura da ata.

*(assinado eletronicamente)*

**Julio Cesar de Sousa Dias**

Presidente

Conselho de Autoridade Portuária de Niterói

*(assinado eletronicamente)*

**Juliana Rodrigues Fonseca**

Assistente Sênior de Órgãos Colegiados

Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Julio Cesar Sousa Dias, Presidente do CAP/NITERÓI**, em 20/01/2026, às 12:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Rodrigues Fonseca, Assistente Sênior de Órgãos Colegiados Substituto(a)**, em 26/03/2026, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&acao\\_origem=documento\\_conferir&lang=pt\\_BR&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **10542323** e o código CRC **A316BE86**.



Referência: Processo nº 50905.002868/2024-12



SEI nº 10542323

Rua Dom Gerardo 35, 10º andar - Edifício Sede - Bairro Centro  
Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-905  
Telefone: 2122198600 - [www.portosrio.gov.br](http://www.portosrio.gov.br)